

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.187 - PE (2019/0129110-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : IRAN DE LIMA CAVALCANTI - ESPÓLIO
REPR. POR : IOLANDA MAGALHAES DAS NEVES - INVENTARIANTE
AGRAVADO : IRACILDA CARMEM AZEVEDO DE ARAUJO
AGRAVADO : IRAN JOSE SOARES LAPA
AGRAVADO : IRIS PEDROSA PIMENTEL ROSA
AGRAVADO : JARIS LADISLAU DA SILVA
AGRAVADO : JEANETE CORDEIRO DO AMARAL SANTOS
AGRAVADO : JEOVANILDO ISRAEL DO CARMO
AGRAVADO : JEIDETE GOMES TEIXEIRA
AGRAVADO : JERUSA PESSOA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JOANA BARBOSA LIMA
AGRAVADO : JOANA D ARC PEIXOTO DE SAMPAIO CARVALHO
AGRAVADO : JOAO BATISTA FEITOSA DE SOUZA
AGRAVADO : JOAO EDUARDO DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JOAO FABRICIO CORREIA
AGRAVADO : JOAO FELIX DE SOUZA
AGRAVADO : JOAO FRANCISCO DE ASSIS FILHO
AGRAVADO : JOAO FRANCISCO GUABIRABA
AGRAVADO : MARIA DO SOCORRO VIANA DA SILVA
AGRAVADO : MARIA EDITE DA SILVA
ADVOGADO : FABIANO PARENTE DE CARVALHO - PE021061

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO COM BASE NA SÚMULA Nº 83/STJ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PRECEDENTES CONTEMPORÂNEOS OU SUPERVENIENTES AOS UTILIZADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE NÃO IMPUGNADO DE FORMA ESPECÍFICA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em face de decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fls. 80/81):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO EMENTA DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA PROPOSTA ANTES DO ÓBITO. VALIDADE DOS ATOS POSTERIORES AO FALECIMENTO DIANTE DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO ÀS PARTES.

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo INSS contra decisão que, nos autos do Processo 0008538-42.2008.4.05.8300 (cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública), deferiu a habilitação do Espólio de Iran de Lima Cavalcante, representado por seu inventariante Rostand Ramos de Lima Cavalcante.
2. Inicialmente, compete esclarecer que o processo de origem cuida-se de execução de sentença proposta, em 27/07/2008, por diversos particulares, inclusive o falecido, assistidos juridicamente (tecnicamente) pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES PUBLICOS FEDERAIS DA SAÚDE E PREVIDENCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDSPREV/PE, que visava executar o comando judicial proferido no Processo nº 97005835-2, no qual foi reconhecido o direito à percepção do reajuste de 3,17%, retroativo a janeiro de 1995.
3. A autarquia previdenciária aduz que restou configurada a prescrição da pretensão executória em relação ao Espólio de Iran de Lima Cavalcante, representado por seu inventariante Rostand Ramos de Lima Cavalcante, porquanto teria transcorrido o prazo prescricional de 05(cinco) anos entre o óbito do substituído (23/03/2009) e o pedido de habilitação do Espólio (23/01/2017).
4. Ocorre que, no presente caso, o pedido de habilitação ora agravado é para meros fins de recebimento da quantia devida ao falecido e já depositada (através da expedição da RPV 917560-PE) desde 28/05/2013, e não uma nova proposta de execução do julgado da ação coletiva pelo Espólio, de maneira que não há se falar em prescrição da pretensão executória porquanto esta já foi tempestivamente exercida pelo próprio falecido antes do seu óbito.
5. Por fim, deve ser destacado que são válidos todos os atos praticados após o óbito do substituído, porquanto: i) o falecimento se deu após a propositura da execução de sentença; ii) não é possível se reconhecer qualquer nulidade diante da total ausência de prejuízos às partes.
6. Agravo de instrumento improvido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados nos termos do acórdão juntado às e-STJ fls. 126/130.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, a recorrente alega:

a) violação aos arts. 196 e 199 do Código Civil, bem como ao art. 1º do Decreto nº 20.910/32 e ao art. 2º do Decreto-Lei nº 4.597/42, ao argumento de que estaria prescrita a pretensão executória, cujo termo inicial seria o trânsito em julgado do título judicial, sendo que a prescrição iniciada contra o falecido servidor continuaria a correr contra seus sucessores, já que ausente qualquer causa legal de interrupção ou suspensão do prazo prescricional. Ademais, aduz que o óbito não constitui causa impeditiva ou suspensiva da prescrição. Sustenta ainda que restou caracterizada a prescrição intercorrente, pois transcorridos mais de 5 (cinco) anos entre a data do óbito e a habilitação dos sucessores;

b) ofensa aos arts. 43 e 267, II, ambos do CPC/1973, sustentando que os sucessores demoraram mais de 5 (cinco) anos para regularizar o polo ativo da demanda o que demonstra sua negligência, devendo, assim, ser responsabilizada por sua mora com a decretação da prescrição.

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas às e-STJ fls. 156/163.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso especial aduzindo que o acórdão recorrido estaria em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, firme no sentido de que nos termos dos arts. 265, I, e 791, II, do CPC/1973, a morte de uma das partes importa na suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente, conforme acórdão proferido no REsp nº 1.657.326/MG, o que atraía a incidência da Súmula nº 83/STJ.

Nas razões do agravo, a agravante sustenta que o Tribunal de origem teria indevidamente enfrentado o mérito recursal, usurpando competência desta Corte Superior. Aduz ainda que a Súmula nº 83/STJ seria aplicável somente aos recursos interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional. Por fim, alega que a matéria não estaria pacificada neste Tribunal Superior, uma vez que não foi analisada em sede de recurso repetitivo.

Contraminuta ao agravo apresentada às e-STJ fls. 175/181.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O presente agravo não deve ser conhecido, pois a agravante deixou de impugnar específica e suficientemente o fundamento da decisão agravada, em desacordo com o art. 932, III, do CPC/2015.

A orientação deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que quando o recurso especial é inadmitido com base na Súmula nº 83/STJ, como ocorreu na espécie, a impugnação pormenorizada consiste em indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão vergastada, procedendo ao cotejo analítico entre eles, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial do STJ, o que não ocorreu na espécie.

No presente caso, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial aduzindo que o acórdão recorrido estaria em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, firme no sentido de que nos termos dos arts. 265, I, e 791, II, do CPC/1973, a morte de uma das partes importa na suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente.

A agravante limitou-se a mencionar que o Tribunal de origem teria indevidamente enfrentado o mérito recursal, usurpando competência desta Corte Superior. Aduziu ainda que a Súmula nº 83/STJ seria aplicável somente aos recursos interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional. Por fim, alegou que a matéria não estaria pacificada neste Tribunal Superior, uma vez que não foi analisada em sede de recurso repetitivo.

Desta forma, não houve impugnação específica ao fundamento da decisão de inadmissibilidade, o que impede o conhecimento do agravo em recurso especial. Nesse sentido os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS
DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE

PROFERIDA PELA CORTE DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, as razões do agravo em recurso especial devem infirmar os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre, proferida pelo Tribunal de origem, sob pena de não conhecimento do reclamo por esta Corte Superior, nos termos do artigo 932, III, do CPC/2015 (artigo 544, § 4º, I, do CPC/1973).

2. Nos casos em que o recurso especial não é admitido com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1230483/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 18/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 83 DO STJ. IMPUGNAÇÃO. DEFICIÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A rejeição do recurso especial com base na Súmula 83 do STJ exige da parte, nas razões do agravo, o ônus de indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos no decisum agravado com o fito de demonstrar ser diversa a orientação jurisprudencial do STJ, o que não aconteceu na espécie.

3. Pacificado o entendimento de que aquele verbete é aplicável tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 648.333/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 17/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.

I - Negou-se seguimento ao recurso especial com base nos óbices de: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro e Súmula 83/STJ.

Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.

II - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.

III - No caso em que foi aplicado o enunciado n. 83 do STJ, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não

o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1100861/MS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação dos fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que se conheça do respectivo agravo.

2. A parte agravante não infirmou especificamente a incidência do óbice da Súmula 83/STJ. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

3. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.

4. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento de que o óbice da Súmula 83/STJ não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea "a".

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 991.297/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 11/05/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator